Rio está alheio ao sistema

"Eu não posso negar que discutir o programa com o Esio Cordeiro era muito mais fácil do que com o Aparício Marinho", esclarece o secretário estadual de saúde do Rio de Janeiro, José Noronha, referindo-se ao atual representante federal do Suds no estado, Aparício Marinho. Para Noronha, isso não significa que a atual administração seja contrária ao plano, mas simplesmente não tem o empenho da anterior.

Um pouco por isso e muito pela tradicional disputa política, o município do Rio até hoje está completamente alheio ao sistema. "Eu cheguei a conversar com o Saturnino Braga, mas ele demonstrou temor de assumir", esclarece Noronha. Os temores do ex-prefeito, de fato, eram justificáveis. Pela idéia original, caberia à prefeitura gerir, além dos seus 16 hospitais e postos de saúde, todas as unidades do estado e da Previdência Social. Aos antigos administradores caberiam um ou dois hospitais de alta especialização.

Se Saturnino não quis, Marcello Alencar ainda não teve tempo de discutir seriamente a proposta. "Como é que nós vamos repassar para a prefeitura essa responsabilidade em meio a uma greve que há quatro meses paralisa os hospitais municipais?", indaga Noronha. Além disso, informa-se nos corredores da secretaria que o pedetista Marcello Alencar não vê com bons olhos que seja o pemedebista José Noronha o responsável pelo repasse da verba.

Enquanto se disputa nos gabinetes, a população está sujeita — sem exagero — a morrer nas portas dos hospitais. É o caso do operário Luis Carlos Alves Cordeiro que, depois de perambular por nove hospitais do estado, Previdência e município, morreu por falta de atendimento médico.

— Essa trágica morte é um bom exemplo do que não ocorreria se o Suds estivesse implantado na sua totalidade. Com a rede unificada, o Luis Carlos iria para o hospital certo e pronto — acredita Noronha.

A prática do Suds atual, no entanto, ainda está muito distante da teoria. Para se ter uma idéia, os NCz\$ 4.773.434,67 relativos ao repasse que a Previdência deveria ter feito ao estado em novembro do ano passado só começaram a chegar aos cofres na semana passada. Quanto aos recursos de dezembro — NCz\$ 1.713.210,37 —, não existe nenhuma previsão oficial.

Defensor do Suds, José Noronha acha que a municipalização do atendimento médico é a única saída. "Se você perguntar como está o posto de saúde de Porciúncula, eu não vou ter a menor idéia do que responder. Seria ilusão autoritária acreditar que dá para controlar tudo. Agora, o prefeito da cidade eu garanto que sabe muito bem como está o funcionamento", exemplifica o secretário.

O secretário já conseguiu firmar convênios do Suds em 52 dos 68 municípios do estado. A cidade serrana de Nova Friburgo é o exemplo de maior sucesso. Lá, todo o sistema está unificado e, pela avaliação da secretaria, o funcionamento está plenamente satisfatório.

Apesar de sua fé no sistema, Noronha também reconhece que, unificado ou não, o sistema de saúde do país continuará padecendo da crônica enfermidade das verbas insuficientes.

— Em saúde você não pode falar em economizar, mas em gastar mais. Nós só destinamos 3% do PIB para a saúde. Isso é muito menos que o México e a Venezuela, por exemplo, e é bom nem falar da Argentina e do Chile, que investem 10% dos seus PIBs nessa área — afirma Noronha.

O resultado de tudo isso é que, com o moderno Suds ou pelo sistema tradicional, cada brasileiro terá cerca de US\$ 60 por ano para cuidar de sua saúde. Um valor irrisório se comparado aos US\$ 1 mil que a Inglaterra destina para o mesmo fim. Recursos insuficientes num país onde a mortalidade infantil atinge cerca de 36% dos recém-nascidos contra apenas 14% da Costa Rica.